



BANCO GM S.A

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS
AO SEU LADO EM TODOS OS CAMINHOS



**SERVIÇOS
FINANCEIROS**

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	4
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	11
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	13
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

1. CONTEXTO OPERACIONAL	16
2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	16
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	21
4. DISPONIBILIDADES.....	27
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	27
6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	29
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	30
8. OUTROS CRÉDITOS – FISCAIS E DIVERSOS.....	34
9. OUTROS CRÉDITOS – ANTECIPAÇÕES E ATIVOS NÃO FINANCEIROS À VENDA.....	35
10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS.....	36
11. DEPÓSITOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	36
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	37
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS	40
14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS.....	40
15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS	40
16. RENDAS ANTECIPADAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	42
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	42
18. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO.....	43
19. DESPESA DE PESSOAL.....	43
20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	44
21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	44
22. PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS.....	45
23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS.....	45
24. PARTES RELACIONADAS.....	45
25. GERENCIAMENTO DE RISCO	48
26. ÍNDICE DE BASILEIA	51
27. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	51
28. OUTROS ASSUNTOS.....	52

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

Avaliação do Resultado

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$ 7.211 milhões (R\$ 7.174 milhões em 31 de dezembro de 2021). O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 2.754 milhões (R\$ 2.668 milhões em 31 de dezembro de 2021) e os Ativos totalizaram R\$ 10.217 milhões (R\$ 10.198 milhões em 31 de dezembro de 2021). O índice de Basileia em 30 de junho de 2022 foi de 36,98% (37,64% em 31 de dezembro de 2021).

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit-EUA, o Banco GM S.A., possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos.

As informações sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos encontram-se disponíveis em nosso portal www.chevroletsf.com.br, e são distribuídas ao público de relacionamento do Banco.

Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.860/20 e nº 4.859/20.

São Paulo, 18 de agosto de 2022.

A Administração.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento ao disposto no Art. 15, da Resolução CMN nº 4.910/21, divulgamos o resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do conglomerado econômico-financeiro da Chevrolet Serviços Financeiros, composto por Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda..

O período de referência do documento é o semestre findo em 30 de junho de 2022.

O Comitê de Auditoria foi instalado em 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A. e atua como órgão único para a Chevrolet Serviços Financeiro.

As reuniões do Comitê de Auditoria com a auditoria independente, com a auditoria interna e com a diretoria da instituição ocorreram em 20 de junho de 2022 e em 18 de agosto de 2022, tendo o conteúdo de tais encontros devidamente formalizados em atas.

Na reunião de 18 de agosto de 2022, o Comitê de Auditoria avaliou as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 30 de junho de 2022 sem que se tenham registrado observações relevantes em relação a esses documentos.

Na ocasião, o Comitê de Auditoria também assumiu a responsabilidade pela avaliação do:

- Relatório semestral qualitativo e quantitativo referente às atividades desenvolvidas pela ouvidoria (data-base 30 de junho de 2022), conforme determinações da Resolução nº 4.860/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução do Banco Central nº 28/2020.

Em termos de efetividade das auditorias independente e externa, o Comitê de Auditoria considera que os trabalhos foram desempenhados de maneira satisfatória, estando adequados à complexidade e ao porte da instituição.

Ao longo do primeiro semestre de 2022, o Comitê de Auditoria acompanhou a condução dos trabalhos realizados pela auditoria interna cumprindo o plano estabelecido para o exercício. A avaliação resultou positiva em termos de cobertura e de qualidade.

As recomendações feitas pelos auditores independentes e internos foram integralmente atendidas por meio de proposição de planos de ação corretivos, com designação de responsáveis pela(s) implementação(ões) e data de conclusão esperada.

Não houve, portanto, recomendação que não tenha sido acatada no período.

Por fim, os trabalhos das auditorias independente e interna não trouxeram ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência de riscos residuais que pudessem afetar a solidez e a continuidade da Chevrolet Serviços Financeiros.

Ao longo do primeiro semestre de 2022, não se identificaram instâncias que potencialmente afetassem a objetividade e a independências das equipes de auditoria.

No que se refere à avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos aplicados são eficazes e conferem transparência e confiabilidade às demonstrações financeiras da Chevrolet Serviços Financeiros, aprovando, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. referentes à data-base de 30 de junho de 2022.

São Paulo, 18 de agosto de 2022.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do Banco GM S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GM S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A diretoria exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 30 de junho de 2022, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 7.211.454 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 304.349 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela diretoria em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 15, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 30 de junho de 2022, o saldo de provisão para contingências prováveis é de R\$ 834.218 mil.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da diretoria do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 30 de junho de 2022 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analisamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as probabilidades de perdas, as estimativas de valores, as provisões e divulgações preparadas pela diretoria, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

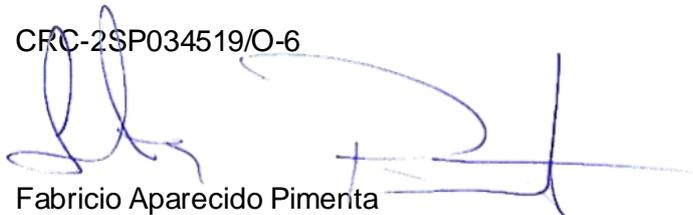
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6



Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC-1SP241659/O-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Jun/2022	Dez/2021 (Reapresentado)
CIRCULANTE		4.448.233	4.653.417
Caixa e Equivalentes de Caixa		514.473	627.700
Disponibilidades	4	14	32
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	514.459	627.668
Instrumentos Financeiros		3.808.939	3.594.481
Títulos e Valores Mobiliários	5b	81.302	148.453
Operações de Crédito	7	3.866.563	3.572.038
Operações de Crédito - Setor Privado		3.627.832	3.294.801
Operações de Crédito - Vinculadas à Cessão		238.731	277.237
Operações de Arrendamento Mercantil	7	21.445	22.620
Operações de Arrendamento - Setor Privado		21.445	22.620
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7h	(160.371)	(148.630)
(-) Operações de Crédito		(160.241)	(148.479)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(130)	(151)
Outros Créditos		124.821	431.236
Diversos	8	78.646	421.418
Ativo Fiscal Corrente	8	35.926	5.027
Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda	9a	3.906	1.590
Despesas Antecipadas	9b	6.343	3.201
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.816.936	4.674.453
Instrumentos Financeiros		3.179.468	3.422.348
Operações de Crédito	7	3.302.608	3.555.782
Operações de Crédito - Setor Privado		3.287.585	3.517.546
Operações de Crédito - Vinculadas à Cessão		15.023	38.236
Operações de Arrendamento Mercantil	7	20.838	23.730
Operações de Arrendamento - Setor Privado		20.838	23.730
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7h	(143.978)	(157.164)
(-) Operações de Crédito		(143.851)	(157.005)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(127)	(159)
Outros Créditos		921.619	560.180
Diversos	8	921.373	559.867
Despesas Antecipadas	9b	246	313
Ativo Fiscal Diferido	8	715.849	691.925
PERMANENTE		951.909	869.818
Investimentos		938.970	856.688
Participações em Controladas no País	10	938.970	856.688
Imobilizado de Uso		12.939	13.130
Outras Imobilizações de Uso		28.708	26.826
(-) Depreciações Acumuladas		(15.769)	(13.696)
TOTAL DO ATIVO		10.217.078	10.197.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Continuação

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	Jun/2022	Dez/2021 (Reapresentado)
CIRCULANTE		3.575.060	3.552.239
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	11	3.136.069	3.067.353
Depósitos		2.009.888	2.206.606
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		1.126.181	860.747
Outras Obrigações		438.991	484.886
Obrigações Fiscais Correntes	14	43.250	52.226
Diversas	13	395.741	432.660
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.887.788	3.976.965
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	11	2.792.553	2.834.702
Depósitos		787.519	964.156
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		2.005.034	1.870.546
Provisões	15	835.218	844.746
Obrigações Fiscais Diferidas	14	208.028	210.181
Outras Obrigações		17.960	43.620
Diversas	13	17.960	43.620
Rendas Antecipadas de Operações de Crédito	16	34.029	43.716
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.754.230	2.668.484
Capital	17	2.416.479	2.416.479
De Domiciliados no País		2.416.470	2.416.470
De Domiciliados no Exterior		9	9
Reserva de Lucros	17	337.751	252.005
TOTAL DO PASSIVO		10.217.078	10.197.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)

	Nota	Jun/2022	Jun/2021 (Reapresentado)
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		637.003	657.120
Operações de Crédito	18	589.359	631.615
Operações de Arrendamento Mercantil		18.981	12.711
Rendas com Aplicações Financeiras	5a	23.315	12.277
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	5c	5.348	517
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(502.293)	(268.683)
Operações de Captações no Mercado	11a	(317.812)	(119.329)
Operações de Arrendamento Mercantil		(15.886)	(11.676)
Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros	7i	(16.528)	(16.129)
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7g	(152.067)	(121.549)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		134.710	388.437
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(28.196)	(88.733)
Rendas de Prestação de Serviços		24.158	22.942
Rendas de Tarifas Bancárias		19.623	22.821
Despesas de Pessoal	19	(72.672)	(66.470)
Outras Despesas Administrativas	20	(118.358)	(132.763)
Despesas Tributárias	23	(14.885)	(24.026)
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	82.282	55.240
Outras Receitas Operacionais	21	107.848	54.954
Despesas com Provisões	22	(21.565)	(7.073)
Outras Despesas Operacionais	22	(34.627)	(14.358)
RESULTADO OPERACIONAL		106.514	299.704
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		1.309	4.873
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		107.823	304.577
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	(3.591)	(105.505)
Provisão para Tributos Correntes		(29.668)	(130.455)
Provisão para Tributos Diferidos		2.152	(2.701)
Ativo Fiscal Diferido		23.925	27.651
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(18.486)	(14.425)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		85.746	184.647
Atribuível à Controladora		85.746	184.646
Atribuível aos Não Controladores		-	1
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,08	0,16
Total de ações - 1.141.400.925			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Jun/2022</u>	<u>Jun/2021</u>
Resultado Líquido Do Período	85.746	184.647
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	85.746	184.647
Atribuível à Controladora	85.746	184.646
Atribuível aos Não Controladores	-	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Lucros</u>		<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
		<u>Legal</u>	<u>Outras</u>		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.416.479	169.555	297.259	-	2.883.293
Resultado Líquido do Período	-	-	-	184.647	184.647
Destinação do Lucro:					
Reserva Legal	-	9.232	-	(9.232)	-
Reservas de Lucro	-	-	175.415	(175.415)	-
Dividendos	-	-	(297.206)	-	(297.206)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	2.416.479	178.787	175.468	-	2.770.734
Mutações do Período	-	9.232	(121.791)	-	(112.559)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	2.416.479	185.679	66.326	-	2.668.484
Resultado Líquido do Período	-	-	-	85.746	85.746
Destinação do Lucro:					
Reserva Legal	-	4.287	-	(4.287)	-
Reservas de Lucro	-	-	81.459	(81.459)	-
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022	2.416.479	189.966	147.785	-	2.754.230
Mutações do Período	-	4.287	81.459	-	85.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Jun/2022	Jun/2021 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Líquido Ajustado		350.953	388.460
Resultado Líquido Do Período		85.746	184.647
Depreciações e Amortizações Imobilizado em Uso		2.129	2.275
Depreciações e Amortizações Imobilizado Arrendamento		11.056	6.938
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	3f	4.067	3.171
Outras Despesas de Arrendamento		762	1.568
Resultado na Alienação de Imobilizado de Uso		-	(254)
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	(82.282)	(55.240)
Resultado na Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda		(1.202)	(4.291)
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7g	152.067	121.549
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia	21	(23.877)	(6.260)
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5c	(5.348)	(517)
Juros apropriados de Depósitos		95.761	43.701
Juros apropriados de Obrigações por emissão de Letras Financeiras		151.173	30.917
Provisão para Riscos e Obrigações Legais	15b	14.075	6.622
Resultados de Exercícios Futuros	16	(56.765)	(51.871)
Tributos Diferidos	12b	(26.077)	(24.950)
Provisão para Tributos Corrente	12b	29.668	130.455
Variação de Ativos e Obrigações		(407.325)	(1.766.659)
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		72.499	-
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil		(190.796)	697.871
(Aumento) Redução em Outros Créditos		4.232	(19.891)
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		(3.075)	2.336
(Aumento) Redução em Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda		(1.114)	3.927
Aumento (Redução) em Depósitos		(469.116)	(1.174.028)
Aumento (Redução) em Obrigações por emissão de Letras Financeiras		248.749	(698.797)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(72.062)	(546.720)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		47.078	31.557
Alienação de Imobilizado de Arrendamento		(15.885)	(11.677)
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(27.835)	(51.237)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		(56.372)	(1.378.199)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Alienação de Imobilizado de Uso		166	1.556
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.104)	(2.845)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		(1.938)	(1.289)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(54.917)	-
Dividendos pagos		-	(297.205)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento		(54.917)	(297.205)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES		(113.227)	(1.676.693)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		627.700	2.261.565
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos		514.473	584.872
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(113.227)	(1.676.693)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GM S.A., com sede administrativa na Avenida Indianópolis, nº 3.096, São Paulo-SP, Brasil, é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil. Suas atividades operacionais consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. Controlada diretamente pela General Motors Investment Participações Ltda., situada na Avenida Goiás, nº 1.805, São Caetano do Sul – SP, e, indiretamente, como controle final, pela General Motors Financial Company, Inc., situada no Texas, Estados Unidos.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo Chevrolet Serviços Financeiros, as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas, nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do período imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN.

- a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- b) CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- d) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16
- e) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- f) CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- g) CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- h) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- i) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- j) CPC 27 – Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- k) CPC 33 (R1) de Benefícios a empregados – homologado pela resolução CMN nº 4.877/20;
- l) CPC 41 Resultado por ação – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- m) CPC 46 Mensuração do Valor Justo – homologado pela resolução CMN nº 4.924/21;
- n) CPC 47 Receita de contrato com cliente – homologado pela resolução CMN nº 4.924/21 (parcial);
- o) CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 18 de agosto de 2022.

Alterações na apresentação das Demonstrações Financeiras

Com o objetivo de melhorar a divulgação das informações contábeis aos usuários e para obter maior similaridade com as resoluções emitidas pelo Banco Central do Brasil e as classificações COSIF, o Banco optou por realizar alterações no modo em que são apresentadas as Demonstrações Financeiras a partir de 30 de junho de 2022. As principais alterações realizadas foram no âmbito do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, sendo as notas explicativas alteradas para espelharem as mudanças. Abaixo, reapresentamos as peças citadas das Demonstrações Financeiras com a devida reconciliação de saldos, as quais podem ser identificadas através dos caracteres alfabéticos similares:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Dez/21		
	Anterior	Reclassificação	Atual
CIRCULANTE	4.653.417	-	4.653.417
Caixa e Equivalentes de Caixa	32	627.668	627.700
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	627.668	627.668
Instrumentos Financeiros	4.348.159	(753.678)	3.594.481
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	627.668	(627.668)	-
Operações de Arrendamento Mercantil	-	22.620	22.620
Operações de Arrendamento – Setor Privado	-	22.620	22.620
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-	(148.630)	(148.630)
(-) Operações de Crédito	-	(148.479)	(148.479)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil	-	(151)	(151)
Operações de Arrendamento Mercantil	22.620	(22.620)	-
Operações de Arrendamento – Setor Privado	22.620	(22.620)	-
Outros Créditos	431.236	-	431.236
Diversos	426.445	(5.027)	421.418
Ativo Fiscal Corrente	-	5.027	5.027
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(148.630)	148.630	-
(-) Operações de Crédito	(148.479)	148.479	-
(-) Operações de Arrendamento Mercantil	(151)	151	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.674.453	-	4.674.453
Instrumentos Financeiros	3.555.782	(133.434)	3.422.348
Operações de Arrendamento Mercantil	-	23.730	23.730
Operações de Arrendamento – Setor Privado	-	23.730	23.730
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-	(157.164)	(157.164)
(-) Operações de Crédito	-	(157.005)	(157.005)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil	-	(159)	(159)
Operações de Arrendamento Mercantil	23.730	(23.730)	-
Operações de Arrendamento – Setor Privado	23.730	(23.730)	-
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(157.164)	157.164	-
(-) Operações de Crédito	(157.005)	157.005	-
(-) Operações de Arrendamento Mercantil	(159)	159	-
PERMANENTE	869.818	-	869.818
TOTAL DO ATIVO	10.197.688	-	10.197.688

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Dez/21		
	Anterior	Reclassificação	Atual
CIRCULANTE	3.896.227	(343.988)	3.552.239
Outras Obrigações	816.150	(331.264)	484.886
Obrigações Fiscais Correntes	-	52.226	52.226 e
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias	7.052	(7.052)	- f
	376.438	(376.438)	- e / f / g / i
Provisões	6.642	(6.642)	- g
Obrigações Fiscais Diferidas	6.082	(6.082)	- h
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.589.261	387.704	3.976.965
Provisões	30.921	813.825	844.746 g
Obrigações Fiscais Diferidas	204.099	6.082	210.181 h
Outras Obrigações	519.539	(475.919)	43.620
Fiscais e previdenciárias	475.919	(475.919)	- g
Rendas Antecipadas de Operações de Crédito	-	43.716	43.716 j
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	43.716	(43.716)	- j
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.668.484	-	2.668.484
TOTAL DO PASSIVO	10.197.688	-	10.197.688

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Jun/21		
	Anterior	Reclassificação	Atual
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	684.166	(27.046)	657.120
Operações de Crédito	658.574	(26.959)	631.615 a
Operações de Arrendamento Mercantil	12.798	(87)	12.711 a
Rendas com Aplicações Financeiras	-	12.277	12.277 b
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	12.794	(12.277)	517 b
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(266.428)	(2.255)	(268.683)
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(119.294)	(2.255)	(121.549) c
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	417.738	(29.301)	388.437
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(118.034)	29.301	(88.733)
Despesas de Pessoal	(65.985)	(485)	(66.470) d
Outras Despesas Administrativas	(131.199)	(1.564)	(132.763) e
Despesas Tributárias	(25.590)	1.564	(24.026) e
Outras Receitas Operacionais	27.908	27.046	54.954 a / c / d / f
Despesas com Provisões	-	(7.073)	(7.073) f
Outras Despesas Operacionais	(24.171)	9.813	(14.358) f
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(105.505)	-	(105.505)
Provisão para Tributos Correntes	-	(130.455)	(130.455) g
Provisão para Tributos Diferidos	-	(2.701)	(2.701) g
Provisão para Imposto de Renda	(71.282)	71.282	- g
Provisão para Contribuição Social	(59.173)	59.173	- g
Ativo Fiscal Diferido	24.950	2.701	27.651 g
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE	184.647	-	184.647

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Jun/21		
	Anterior	Reclassificação	Atual
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Líquido Ajustado	435.990	(47.530)	388.460
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	119.294	2.255	121.549 a
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia	(6.375)	115	(6.260) b
Tributos Diferidos	24.950	(49.900)	(24.950) c
Varição de ativos e obrigações,	(1.814.189)	47.530	(1.766.659)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil	700.126	(2.255)	697.871 a
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(69.676)	49.785	(19.891) b / c
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	(1.378.199)	-	(1.378.199)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento	(1.289)	-	(1.289)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento	(297.205)	-	(297.205)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES	(1.676.693)	-	(1.676.693)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos	2.261.565	-	2.261.565
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	584.872	-	584.872
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.676.693)	-	(1.676.693)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada para risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

d) Ativo circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata temporis” e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

e) Instrumentos Financeiros

i. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

ii. Operações de crédito

As operações de crédito estão apresentadas a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das receitas de juros.

iii. Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato, e são apresentadas pelo valor presente, conforme Resolução BCB nº 02/20. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica “Valores residuais a balancear”, ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.

iv. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1º de janeiro de 2012, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo semestre seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente à obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

v. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

As provisões para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Para as operações contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor superior a R\$ 50.000,00 é efetuada a avaliação por cliente das perdas prováveis associadas ao risco de crédito.

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso superior a 59 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociação de contrato em atraso acima de 59 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.
- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no semestre findo em 30 de junho de 2022, insuficiência de depreciação no montante de R\$4.067 (R\$3.171 em 30 de junho de 2021), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava insuficiência de depreciação em 30 de junho de 2022 de R\$18.495 (R\$19.091 em 31 de dezembro de 2021), classificada no imobilizado de arrendamento, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89, Pronunciamento Técnico CPC 27 e Resolução CMN nº 4.535/16.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - 01, aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “*pro rata temporis*” e cambiais incorridos.

i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2022, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no ano (R\$120 no semestre). A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

k) Partes Relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

l) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

m) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata temporis*” para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano.
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

n) Resultado não Recorrente

De acordo com os critérios estabelecidos na resolução BCB nº 2/2020, a instituição deve evidenciar em nota explicativa, a natureza e origem ao resultado não recorrente, que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros e que não estejam relacionados com as atividades típicas da instituição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Jun/2022	Dez/2021
Disponibilidades em Moeda Nacional	13	15
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	1	17
Total	14	32

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

- a) As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 30 de junho de 2022, apresentavam montantes de R\$ 514.459 (R\$ 627.668 em 31 de dezembro 2021), e que estavam representadas por operações compromissadas prefixadas, lastreadas em Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional (NTN). No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 23.315 (R\$ 12.277 em 30 de junho 2021).

	Jun/2022	Dez/2021
Aplicação de Mercado Aberto - LTN	194.459	477.671
Aplicação de Mercado Aberto - NTN	320.000	149.997
Total	514.459	627.668

- b) Valor justo dos Instrumentos Financeiros – Títulos e Valores Mobiliários

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado para o ativo ou o passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento	Jun/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Privados				
Cotas de Fundo de Investimento	81.302	-	-	81.302
Total	81.302	-	-	81.302

Ativos Financeiros Mantidos Para Negociação	Dez/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Privados				
Cotas de Fundo de Investimento	148.453	-	-	148.453
Total	148.453	-	-	148.453

- c) Os Títulos e Valores Mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”) – Banco GMAC Financiamento a Concessionários, cujo saldo, em 30 de junho de 2022, era de R\$81.302 (R\$148.453 em 31 de dezembro de 2021). No período foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 5.348 (R\$ 517 em 30 de junho de 2021).

O Fundo, administrado pela Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. e gerido pela Crédito Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários iniciou suas operações em 26 de outubro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª série do Fundo. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos.

O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo, equivalente à taxa DI mais 0,470% a.a. para cotas seniores. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do Fundo, já que se desconta a remuneração das outras classes de quotas.

Participação no patrimônio líquido do FIDC:

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

As relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	% em relação ao patrimônio líquido (a)
<u>Cotas seniores</u>	Máximo de 75%
<u>Cotas subordinadas (i)</u>	Mínimo de 25%

(i) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo 25% do patrimônio líquido do Fundo.

Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.

Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2022, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por tipo de operação:

Operações de Crédito	Jun/2022	Dez/2021
Empréstimos	48.530	66.848
Financiamentos	6.866.887	6.745.499
Financiamentos Cedidos com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios (i)	253.754	315.473
Operações de Arrendamento Mercantil	42.283	46.350
Total	7.211.454	7.174.170

(i) Devido à retenção substancial de riscos, um passivo é reconhecido em contrapartida ao ativo (nota 13).

b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

Operações de Arrendamento	Jun/2022	Dez/2021
Arrendamentos a Receber	48.544	53.885
Rendas a Apropriar	(48.287)	(53.656)
Valores Residuais a Apropriar	405	454
Valores Residuais a Balancear	(405)	(454)
Imobilizado de Arrendamento	42.464	46.476
Valor Residual Antecipado	(438)	(355)
Total	42.283	46.350

c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

Setor Privado	Jun/2022		Dez/2021	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pessoa Física	5.719.543	79,3%	6.123.059	85,3%
Outros Serviços	679.056	9,4%	606.342	8,5%
Comércio	805.790	11,2%	437.361	6,1%
Indústria	7.065	0,1%	7.408	0,1%
Total	7.211.454	100,0%	7.174.170	100,0%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

- d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

Parcela Vencida	Jun/2022		Dez/2021	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Até 60 Dias	49.132	0,7%	48.607	0,7%
De 61 a 180 Dias	27.772	0,4%	27.457	0,4%
De 181 a 360 Dias	13.431	0,2%	11.860	0,2%
Total de Parcelas Vencidas	90.335	1,3%	87.924	1,3%
Parcela a Vencer				
Até 180 dias	2.455.795	34,1%	2.091.310	29,8%
De 181 a 360 Dias	1.341.878	18,6%	1.415.424	19,5%
Acima de 360 Dias	3.323.446	46,0%	3.579.512	49,5%
Total de Parcelas a Vencer	7.121.119	98,7%	7.086.246	98,7%
Total	7.211.454	100,0%	7.174.170	100,0%

- e) Concentração do risco de crédito:

Parcela Vencida	Jun/2022		Dez/2021	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Maior Devedor	52.583	0,7%	38.430	0,4%
10 Maiores Seguintes	254.617	3,5%	176.098	2,5%
50 Devedores Seguintes	437.694	6,1%	276.742	3,9%
100 Devedores Seguintes	326.824	4,6%	185.760	2,6%
Demais Devedores	6.139.736	85,1%	6.497.140	90,6%
Total	7.211.454	100,0%	7.174.170	100,0%

- f) Composição da carteira por indexadores:

Parcela Vencida	Jun/2022		Dez/2021	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Prefixado	6.329.283	87,8%	6.693.326	93,3%
Pós-fixado	882.171	12,2%	480.844	6,7%
Total	7.211.454	100,0%	7.174.170	100,0%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

g) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	Contratos em Carteira	Contratos em Carteira Cedidos	Total
Saldo no Início de dezembro de 2021	302.829	2.965	305.794
Constituição / (Reversão) de Provisões	152.696	(629)	152.067
Baixas	(153.512)	-	(153.512)
Saldo no Final de junho de 2022	302.013	2.336	304.349
Saldo no Início de dezembro de 2020	243.046	7.625	250.671
Constituição / (Reversão) de Provisões	127.042	(5.493)	121.549
Baixas	(117.524)	-	(117.524)
Saldo no Final de junho de 2021	252.564	2.132	254.696

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos, e correspondente provisão para perda esperada associada para risco de crédito referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

Nível de Risco	Taxa de Provisão (%)	Jun/2022		Dez/2021	
		Total de Operações	Provisão Constituída	Total de Operações	Provisão Constituída
AA	0,00%	69.417	-	33.648	-
A	0,50%	4.384.216	21.921	4.925.523	24.628
B	1,00%	826.288	8.263	521.384	5.214
C	3,00%	1.341.536	40.246	1.060.609	31.818
D	10,00%	313.841	31.384	335.663	33.566
E	30,00%	68.102	20.431	86.917	26.075
F	50,00%	38.901	19.451	37.287	18.644
G	70,00%	21.668	15.168	24.302	17.012
H	100,00%	147.485	147.485	148.837	148.837
Total		7.211.454	304.349	7.174.170	305.794

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

i) Cessão de crédito:

	Jun/2022	Dez/2021
Valor Presente de Contratos Cedidos Pela Taxa Original	(199)	(1.452)
Operações de Crédito FIDC	180.001	176.516
Obrigações Por Operações Cedidas (nota 13)	(178.301)	(175.789)
Provisão para Perdas Esperadas	(1.899)	(2.179)
Valor Presente de Contratos Cedidos a Outras Instituições	(5.294)	(12.048)
Operações de Crédito Outras Instituições	73.753	138.957
Obrigações Por Operações Cedidas (nota 13)	(78.610)	(150.219)
Provisão para Perdas Esperadas	(437)	(786)
Total	(5.493)	(13.500)
	Jun/2022	Dez/2021
Operações de Financiamento Cedidas	1.621.737	1.778.103
Operações Cedidas de FIDC	1.539.669	1.620.321
Operações Cedidas a Outras Instituições	82.068	157.782
	Jun/2022	Jun/2021
Despesas Apropriadas por Operações de Financiamento Cedidas	16.528	16.129
Despesas de Operações Cedidas de FIDC	3.310	12.507
Despesas de Operações Cedidas a Outras Instituições	13.218	3.622

j) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com operações cedidas:

Nível de Risco	Taxa de Provisão	Jun/2022		Dez/2021	
		Total de Operações	Provisão Constituída	Total de Operações	Provisão Constituída
AA	0,00%	9.705	-	5.471	-
A	0,50%	155.025	775	215.857	1.079
B	1,00%	56.982	570	48.799	488
C	3,00%	31.813	954	44.989	1.350
D	10,00%	195	19	343	34
E	30,00%	17	5	-	-
F	50,00%	9	5	-	-
H	100,00%	8	8	14	14
Total		253.754	2.336	315.473	2.965

k) A área de Riscos Corporativos é responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco de mercado das carteiras por meio do acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), avaliando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros mensura o IRRBB utilizando a abordagem padronizada definida pelo Banco Central, conforme Circular 3.876/2018. Esta norma estabelece o cálculo de duas principais métricas, Δ EVE e Δ NII, que objetivam avaliar, por meio da análise de sensibilidade, os impactos de mudanças nas taxas de juros futuras no valor de mercado e no resultado da carteira detida pela Instituição, respectivamente. Os cenários padronizados avaliados consideram a aplicação dos seguintes choques paralelos: (I) aumento de 4 (quatro) pontos percentuais e (II) redução de 4 (quatro) pontos percentuais nas taxas de juros futuras para todo horizonte de análise. As avaliações são realizadas como parte das rotinas de gestão que objetivam manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia e apetite a risco, mesmo em situações de *stress*.

8. OUTROS CRÉDITOS – FISCAIS E DIVERSOS

	Jun/2022	Dez/2021
Créditos Tributários - IR e CS (nota 12c)	715.849	691.925
Depósitos Judiciais (i)	921.373	950.769
Devedores Diversos - País (ii)	38.645	10.203
Impostos a Recuperar (iii)	35.926	5.027
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (nota 24e) (iv)	35.317	18.842
Adiantamentos e Antecipações Salariais	4.576	1.339
Outros	108	132
Total	1.751.794	1.678.237
Ativo Circulante	114.572	426.445
Ativo Não Circulante	1.637.222	1.251.792

- (i) Refere-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas "Provisões" (nota 15). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 21 e 22, respectivamente).
- (ii) Representados, principalmente, por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, "Floor Plan" e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$ 38.645 (R\$ 10.203 em 31 de dezembro de 2021).
- (iii) Refere-se substancialmente a crédito de Imposto de Renda de anos anteriores no montante de R\$ 5.261 (R\$ 5.018 em 31 de dezembro de 2021) e antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente que juntos somam R\$ 22.883.
- (iv) Refere-se, principalmente, a valor a receber de financiamento da modalidade de "Floor Plan" e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R\$11.848 (R\$11.393 em 31 de dezembro de 2021) e a reembolso de despesas administrativas General Motors Financial Inc. no valor de R\$ 18.858 (R\$ 2.483 em 31 de dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

9. OUTROS CRÉDITOS – ANTECIPAÇÕES E ATIVOS NÃO FINANCEIROS À VENDA

a) Ativos não financeiros mantidos à venda

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens.

	Jun/2022	Dez/2021
Bens Não de Uso Próprio	7.335	4.540
Provisão Para Redução ao Valor Recuperável	(3.429)	(2.950)
Total	3.906	1.590

b) Despesas antecipadas:

	Jun/2022	Dez/2021
OperaçõesSecuritizadas (i)	4.550	764
Operaçõesde Captações Acordados com Corretoras (ii)	992	1.682
Outras DespesasAntecipadas	1.047	1.068
Total	6.589	3.514

(i) Refere-se às tarifas de registro de boleto de operações securitizadas com instituições financeiras.

(ii) Refere-se ao custo das operações de captações acordados com as corretoras, com uma taxa anual de 0,70%.

Foram apropriadas ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2022, despesas no montante de R\$ 9.606 (R\$ 9.243 em 30 de junho de 2021), na rubrica “Outras Despesas Administrativas” (nota 20).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	Jun/2022		Dez/2021	
	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.
Dados das Controladas				
Patrimônio Líquido Ajustado	680.470	258.525	628.590	228.098
Participação no Capital	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%

	Jun/2022		Jun/2021	
	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.
Movimentação dos Investimentos				
Saldo Inicial do Período	628.590	228.098	565.425	183.454
Resultado de Equivalência Patrimonial	51.880	30.402	34.037	21.202
Saldo Final do Período	680.470	258.500	599.462	204.656

11. DEPÓSITOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Jun/2022	Dez/2021
Depósitos Interfinanceiros	434.067	307.613
Depósitos a Prazo	2.363.339	2.863.149
Letras Financeiras	3.131.216	2.731.293
Total	5.928.622	5.902.055
Passivo Circulante	3.136.069	3.067.353
Passivo Não Circulante	2.792.553	2.834.702
	5.928.622	5.902.055

As captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários – CDB, Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE, Letra Financeira - LF e Letra Financeira Garantida - LFG com vencimentos até junho de 2025, sujeitos a encargos financeiros prefixados entre 4,76% e 13,38% ao ano no montante de R\$ 668.674 (R\$ 639.758 em 31 de dezembro 2021) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do DI, entre 95% e 140%, no montante de R\$5.259.948 (R\$ 5.262.297 em 31 de dezembro de 2021).

a) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	Jun/2022	Jun/2021
Certificados de Depósitos Interfinanceiro - CDI	(9.080)	(2.156)
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(140.240)	(58.876)
Letras Financeiras	(166.177)	(55.828)
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(2.315)	(2.469)
Total	(317.812)	(119.329)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Jun/2022		Jun/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes da Tributação	107.823	107.823	298.692	298.692
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Despesa de Acordo com Alíquotas	(26.956)	(21.565)	(74.673)	(59.738)
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes				
Participações no lucro e resultado	4.622	3.697	3.606	2.885
Resultado de equivalência patrimonial	20.571	16.456	12.339	9.871
Outras adições/exclusões permanentes	(728)	(105)	(598)	(157)
Total IR e CS Sobre Despesas Permanentes	24.465	20.048	15.347	12.599
Incentivos Fiscais (i)	405	-	866	-
Ajuste de imposto corrente período anterior (ii)	-	-	82	-
Adicional do imposto de renda	12	-	12	-
Despesa de IR e CS no Período	(2.074)	(1.517)	(58.366)	(47.139)
Total	(3.591)		(105.505)	

- (i) Do total dos incentivos fiscais, R\$ 405 (R\$ 864 em 31 de dezembro 2021) refere-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, conforme disciplinado pelo RIR/99 em seus artigos 581 a 589.
- (ii) O ajuste é referente a reversão de reserva de valor de principal em processo judicial de anos anteriores.

b) Composição do “Resultado de imposto de renda e contribuição social”

	Jun/2022		Jun/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS Correntes Devidos no Período	(16.494)	(13.174)	(71.364)	(59.173)
IR e CS Correntes do Período Anterior	-	-	82	-
Constituição / Realização de Impostos Diferidos:	14.420	11.657	12.916	12.034
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	-	-	(1.810)	-
Provisão Para Operação de Crédito	17.787	14.230	17.723	14.178
Provisões Para Riscos Fiscais	(439)	(351)	1.113	890
Outras Adições Temporárias	(3.975)	(3.179)	(2.293)	(1.834)
Correção de Depósitos Judiciais	1.196	957	(1.500)	(1.200)
Superveniência de Depreciação	(149)	-	(317)	-
Total	(2.074)	(1.517)	(58.366)	(47.139)
	(3.591)		(105.505)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

c) Origem dos ativos fiscais diferidos:

	Jun/2022		Dez/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL	79.624	-	79.624	-
Adições temporárias:				
Provisão Para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	151.485	121.188	133.698	106.958
Provisão Para Riscos Fiscais	188.116	150.180	188.555	150.531
Insuficiência de Depreciação	4.624	-	4.773	-
Outras Adições Temporárias(i)	11.462	9.170	15.437	12.349
Total de Créditos Tributários IRPJ e CSLL	435.311	280.538	422.087	269.838
Total de Créditos Tributários	715.849		691.925	

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos de PLR.

d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2022

	IR		CS		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal		
2022	10.171	-	7.848	-	18.019	16.891
2023	70.952	-	56.658	-	127.610	110.837
2024	139.789	-	108.945	-	248.734	196.307
2025	30.179	-	23.722	-	53.901	38.424
2026	97.432	-	77.633	-	175.065	112.227
2027	2.782	-	2.226	-	5.008	2.893
2028	379	79.624	303	-	80.306	41.765
2029	176	-	141	-	317	148
2030	201	-	161	-	362	152
2031	3.626	-	2.901	-	6.527	2.458
Total	355.687	79.624	280.538	-	715.849	522.102

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 522.102 (R\$ 544.020 em 31 de dezembro 2021), calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de realização tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

	Dez/2021	Constituições (Realizações) Líquidas	Jun/2022
Créditos Tributários			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões Para Riscos Fiscais	339.086	(790)	338.296
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	240.656	32.017	272.673
Sobre Insuficiência	4.774	(149)	4.625
Outras Adições Temporárias	27.785	(7.154)	20.631
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	612.301	23.924	636.225
Créditos de Prejuízo Fiscal	79.624	-	79.624
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	79.624	-	79.624
Total de Créditos Tributários	691.925	23.924	715.849
Obrigações Fiscais Diferidas			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre:			
Total das Obrigações Fiscais Diferidas Sobre Diferenças Temporárias	(210.181)	2.153	(208.028)
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias (nota 14)	(210.181)	2.153	(208.028)
Total Líquido	481.744	26.077	507.821
	Dez/2020	Constituições (Realizações) Líquidas	Jun/2021
Créditos Tributários			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões Para Riscos Fiscais	338.809	2.003	340.812
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	194.144	31.902	226.046
Sobre Insuficiência	5.529	(317)	5.212
Outras Adições Temporárias	27.123	(4.127)	22.996
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	565.605	29.461	595.066
Créditos de Prejuízo Fiscal	81.434	(1.810)	79.624
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	81.434	(1.810)	79.624
Total de Créditos Tributários	647.039	27.651	674.690
Obrigações Fiscais Diferidas			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre:			
Total das Obrigações Fiscais Diferidas Sobre Diferenças Temporárias	(206.004)	(2.701)	(208.705)
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	(206.004)	(2.701)	(208.705)
Total Líquido	441.035	24.950	465.985

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	Jun/2022	Dez/2021
Valores a Repassar a Seguradoras	5.684	8.945
Credores Diversos - País	24.409	13.246
Valores a Pagar de Pessoal	37.194	41.518
Valor a Pagar de Sociedades Ligadas (nota 24e)	73.868	61.542
Valores a Pagar de Fornecedores Diversos	15.635	25.021
Obrigações por Operações de Venda e Transferência de Ativos de Crédito (nota 7i) (i)	256.911	326.008
Total	413.701	476.280
Passivo Circulante	395.741	432.660
Passivo Não Circulante	17.960	43.620
	413.701	476.280

(i) Refere-se ao passivo das cessões de crédito de operações de varejo no montante de R\$ 78.610 (R\$ 150.219 em 31 de dezembro de 2021) e FIDC no montante R\$ 178.301 (R\$ 175.789 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota 7i.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

	Jun/2022	Dez/2021 (Reapresentado)
Outros Impostos Indiretos a Pagar	13.581	15.777
Provisão Para Imposto Sobre o Lucro Corrente - IRPJ e CSLL	29.669	36.449
Provisão Para Imposto Diferido Sobre Atualização de Depósitos Judiciais (nota 12e)	208.028	210.181
Total	251.278	262.407
Passivo Circulante	43.250	52.226
Passivo Não Circulante	208.028	210.181
	251.278	262.407

15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais

	Jun/2022	Dez/2021
Provisões para Riscos Cíveis	14.155	17.379
Provisões para Riscos Fiscais	803.634	807.183
Provisões para Riscos Trabalhistas	17.429	20.184
Total	835.218	844.746

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais

	Jun/2022			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no Início do Período	807.183	20.184	17.379	844.746
Constituições (Reversões) Líquidas do Período	20.054	(2.755)	(3.224)	14.075
Valores Pagos no Período	(23.603)	-	-	(23.603)
Saldo no Final do Período	803.634	17.429	14.155	835.218

	Jun/2021			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no Início do Período	806.648	21.656	17.425	845.729
Constituições (Reversões) Líquidas do Período	4.369	920	1.333	6.622
Valores Pagos no Período	-	(489)	(2.327)	(2.816)
Saldo no Final do Período	811.017	22.087	16.431	849.535

Obrigações Legais

Obrigações Legais: CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora; (c) mandado de segurança impetrado para garantir o direito de recolher a CSLL nos anos-base 1994 e 1995 à alíquota de 10%, afastando com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94, que instituiu para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia; e (d) mandado de segurança para assegurar ao Banco o direito de recolher a CSLL no ano-base 1996 à alíquota de 8%, afastando, dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95, a qual instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

Riscos trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

c) Resumo de passivos contingentes – causas classificadas como possíveis:

	Jun/2022		Dez/2021	
	Quantidade de Processos	Montante (R\$)	Quantidade de Processos	Montante (R\$)
Cíveis	905	21.838	951	22.848
Trabalhista	15	2.686	15	2.843
Fiscais	281	203.401	284	195.637
Total	1.201	227.925	1.250	221.328

16. RENDAS ANTECIPADAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, no montante de R\$34.029 (R\$ 43.716 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota 24e, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações na rubrica de “Receitas com Operações de Crédito” no semestre findo em 30 de junho de 2022 foram reconhecidos resultados de R\$ 56.765 (R\$ 51.871 em 30 de junho de 2021).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social está representado por 1.141.400.925 (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2021), expresso no montante de R\$2.416.479 (R\$2.416.479 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 2.416.470 de domiciliados no país (R\$ 2.416.470 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 9 de domiciliados no exterior (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2021).

b) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

No primeiro semestre de 2022 foram pagos R\$ 54.917 a título de juros sobre capital próprio referentes ao segundo semestre de 2021 (no segundo semestre de 2021 foram pagos R\$ 111.834 de dividendos e R\$ 54.090 de juros sobre capital próprio, devidamente deliberados e aprovados pela Administração, dentro do limite permitido pelo Banco Central).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

c) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 30 de junho de 2022 é de R\$ 337.751 (R\$ 252.005 em 31 de dezembro de 2021).

18. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021, foram reconhecidas, no resultado, receitas de operações de crédito, conforme demonstrado:

	Jun/2022	Jun/2021 (Reapresentado)
Rendas de Empréstimos	2.300	3.284
Rendas de Financiamentos	587.059	628.331
Total	589.359	631.615

19. DESPESA DE PESSOAL

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021, foram reconhecidas “Despesas com Pessoal”, conforme demonstrado:

	Jun/2022	Jun/2021 (Reapresentado)
Despesas com Proventos	(39.949)	(37.405)
Despesas com Encargos Sociais	(18.737)	(16.283)
Despesas de Benefícios	(13.901)	(12.725)
Outras Despesas de Pessoal	(85)	(57)
Total	(72.672)	(66.470)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica “Outras despesas administrativas” apresentava a seguinte composição nos períodos:

	Jun/2022	Jun/2021 (Reapresentado)
Recorrente	(118.358)	(132.763)
Comissões Pagas às Concessionárias	(49.840)	(74.601)
Serviços Técnicos Especializados	(16.888)	(15.240)
Sistemas de Processamento de Dados	(11.059)	(9.271)
Serviços de Terceiros	(9.614)	(9.100)
Despesas com Sistema Financeiro	(9.606)	(9.243)
Despesas Tributárias Administrativas	(4.649)	(1.564)
Outras	(7.519)	(4.454)
Propaganda e Publicidade	(4.208)	(2.910)
Amortizações e Depreciações	(2.129)	(2.274)
Sistemas de Comunicação	(1.652)	(2.221)
Emolumentos cartorários	(633)	(1.406)
Seguros	(561)	(479)
Total	(118.358)	(132.763)

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras receitas operacionais” apresentava a seguinte composição nos períodos:

	Jun/2022	Jun/2021 (Reapresentado)
Recorrente	107.848	54.954
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	25.940	27.046
Receita de Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar	23.877	6.260
Reversão de Provisão Fiscal	19.347	136
Recuperação de Despesas	16.116	13.062
Reversão de Provisão para Contingências Cíveis e Trabalhistas	7.491	3.048
Resultado na Venda de Bens Não de Uso Próprio	5.784	4.122
Reversão de Provisão Operacional	3.954	809
Outras Receitas Operacionais	5.339	471
Total	107.848	54.954

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

22. PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras despesas operacionais” apresenta a seguinte composição:

	Jun/2022	Jun/2021 (Reapresentado)
Recorrente	(56.192)	(21.431)
Atualizações Monetárias de Contingências Fiscais	(19.347)	-
Despesa com Provisões Fiscais	(20.054)	(4.588)
Juros e Multas	(169)	(24)
Juros e Cobrança	(10.639)	(8.023)
Despesa com Indenizações	(4.011)	(2.330)
Provisões Cíveis e Trabalhistas	(1.512)	(2.486)
Outras Despesas Operacionais	(460)	(3.980)
Total	(56.192)	(21.431)

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica “Despesas Tributárias” apresenta a seguinte composição:

	Jun/2022	Jun/2021 (Reapresentado)
COFINS	(10.725)	(18.557)
ISS	(2.417)	(2.454)
PIS	(1.743)	(3.015)
Total	(14.885)	(24.026)

24. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de junho, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo Chevrolet Serviços Financeiros.

b) Benefícios de Curto Prazo

<u>Salários e Honorários da Diretoria Executiva</u>	<u>Jun/2022</u>	<u>Jun/2021</u>
Remuneração Fixa	1.596	1.353
Remuneração Variável	3.277	2.509
Total	4.873	3.862

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações – Operações de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 4.693/18, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições; e
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
 - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

e) Transações com Partes Relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos períodos, podem ser resumidos como segue:

	Jun/2022		Dez/2021	Jun/2021
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Partes Relacionadas				
General Motors do Brasil Ltda.				
Outros Créditos (nota 8)	11.848	-	11.393	-
Rendas de Prestação de Serviços	-	7.710	-	7.931
Outras Obrigações Diversas (nota 13)	(73.868)	-	(6.625)	-
Resultado de Rendas Antecipadas (nota 16)	(34.029)	56.765	(43.716)	51.871
GMF Serviços de Mobilidade Ltda.				
Outros Créditos (nota 8)	78	-	84	-
Captações em Depósitos a Prazo	(43.768)	(2.287)	(42.911)	(534)
Rendas de Prestação de Serviços	-	485	-	408
Empresas Controladas				
GMAC Administradora de Consórcio Ltda.				
Outros Créditos (nota 8)	3.523	-	3.787	-
Captações em Depósitos a Prazo	(646.938)	(21.962)	(618.485)	(17.674)
Rendas de Prestação de Serviços	-	21.416	-	17.989
GMACI - Corretora de Seguros Ltda.				
Outros Créditos (nota 8)	949	-	1.029	-
Captações em Depósitos a Prazo	(261.255)	(12.911)	(230.428)	(2.474)
Rendas de Prestação de Serviços	-	5.921	-	4.975
Empresas Controladoras				
General Motors Financial Inc.				
Outros Créditos (nota 8)	18.858	-	2.483	-
Rendas de Prestação de Serviços	-	4.139	-	4.136
General Motors Holdings Participações Ltda.				
Outros Créditos (nota 8)	61	-	66	-
Captações em Depósitos a Prazo	(4.100)	(255)	(11.205)	(77)
Rendas de Prestação de Serviços	-	378	-	318
Juros Sobre Capital Próprio (nota 13)	-	-	(54.917)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

25. GERENCIAMENTO DE RISCO

- (a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado, e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:
- (i) Departamento de Riscos Corporativos – foi criado departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, socioambiental, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar ao CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pelo CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), suprindo e reportando ao CRO;
 - (ii) Risco de Crédito - consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;
 - (iii) Risco Operacional - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (*KRIs*), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;
 - (iv) Risco de Mercado e IRRBB - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- (v) Risco de Liquidez - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*), Descasamento de Taxas e Moedas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de *Funding*, conforme os limites estabelecidos de forma adequada para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;
- (vi) Gerenciamento de Capital - De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;
- (vii) Risco Socioambiental - De acordo com a Resolução 4.327/14 do CMN, o risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais associadas às atividades e operações da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros construiu uma Política de Responsabilidade Socioambiental, monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações. Essa estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco socioambiental em conformidade com os níveis fixados na RAS;
- (viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de Compliance da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;
- (ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;

- (x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;
- (xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de rating, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;
- (xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.
- (xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da Chevrolet Serviços Financeiro, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos em termos de probabilidade e magnitude do impacto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

26. ÍNDICE DE BASILEIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 30 de junho de 2022 foi de 36,98%.

	Jun/2022	Dez/2021
PR - Patrimônio de Referência	2.658.746	2.638.412
Capital Social, Reavaliações e Reservas de Lucro	2.754.230	2.742.441
Ajuste Prudencial	(95.484)	(104.029)
Ativos Ponderados Pelos Riscos (RWA)	7.188.769	7.008.707
Risco de Crédito (RWACpad)	6.599.837	6.376.770
Privado Bancário	5.401.953	5.307.822
Privado Não Bancário	485.934	378.565
Público Não Bancário	711.950	690.383
Risco Operacional (RWAOpad)	588.932	631.937
PR Mínimo Obrigatório para RWA	575.102	560.697
Margem sobre o PR mínimo requerido sem RBAN	2.083.644	2.077.715
Capital para cobertura de risco de taxa de juros da carteira bancária	130.598	13.849
Margem sobre o PR mínimo requerido com RBAN	1.953.046	2.063.866
Adicional de Conservação de Capital	179.719	140.174
Índice de Basileia	36,98%	37,64%

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em agosto de 2022, a Administração da GMAC Corretoras de Seguros Ltda decidiu realizar a distribuição de dividendos que totalizam R\$ 248.505. O Banco GM S.A., detentor de 99,99% da participação acionária da empresa (nota 10), receberá o montante de R\$ 248.480.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

28. OUTROS ASSUNTOS

Covid 19

A Administração acompanha tempestivamente os desdobramentos relacionados a pandemia de COVID-19 e seus impactos para o mercado e para as operações do Banco GM, observando com a devida atenção as orientações governamentais e da Organização Mundial da Saúde. Ao longo da pandemia o Banco GM adotou diversas medidas de prevenção para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto e o desenvolvimento de canais digitais para manter a proximidade com o cliente, além da adoção de ações de renegociação e extensão de vencimento por até 60 dias, contribuindo de forma sustentável para o reequilíbrio financeiro e minimização dos impactos decorrentes da pandemia.

Peac-FGI e Letras Financeiras Garantidas

O Banco GM, de forma conservadora, vem participando de programas como Peac-FGI e Letras Financeiras Garantidas, dentre outras iniciativas para o desenvolvimento de produtos que fomentem o negócio e facilitem o acesso dos clientes ao crédito de forma consciente.

Contingência passiva remota - Dedutibilidade de ágio

Conforme determina o CPC 25, não há obrigatoriedade de constituição de provisão, tão pouco de divulgação de contingências passivas classificadas como remotas, ainda assim, estamos realizando a divulgação, por boas práticas e transparência, que o Banco discute judicialmente a glosa da dedutibilidade de ágio gerado em operação societária ocorrida em 2004 e deduzida nas bases de IRPJ e CSLL nos anos de 2005 a 2009 e 2012, no valor de R\$ 433.899, cuja expectativa de perda dada ao caso por seus assessores legais é remota.

Majoração de alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Em 28 de abril de 2022, através da Medida Provisória nº 1.115/22, foi alterado o parágrafo único do Art. 3º da Lei Federal nº 7.689/88 que trata sobre a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, majorando-a de 20% para 21% para os bancos e de 15% para 16% para demais entidades do setor financeiro. A alteração tem vigência até o final do ano de 2022, retornando ao patamar anterior a partir de 01 de janeiro de 2023.



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS